

# Birmânia

## No começo da transição democrática



A eurodeputada socialista **Ana Gomes** voltou à Birmânia passados dez anos. A antiga diplomata, que esteve anos envolvida no processo de independência de Timor-Leste, escreve aqui que a abertura económica não pode ser uma prioridade isolada. São fulcrais as reformas políticas, como a transformação de um Parlamento em que não há grupos políticos estruturados, em que os deputados se sentam por ordem alfabética e não podem levantar questões

**S**em dúvida que na Birmânia (Myanmar) há hoje uma porta aberta para a democracia que não se pode deixar fechar. É preciso combinar pressão política com investimento económico controlado, mas sobretudo investir na capacitação de todos aqueles que querem, de facto, construir uma democracia inclusiva na Birmânia. E ainda há um longo e árduo caminho a percorrer.

Voltei à Birmânia no mês passado, a convite do National Democratic Institute (NDI), ligado ao Partido Democrático americano, que há muitos anos vem apoiando as forças pró-democracia birmanesas. Tinha lá estado pela primeira vez em 2002, quando se ensaiou uma pretensa abertura política, viajando pelo país com o cuidado de tratar de tudo através de uma agência local familiar para não dar dinheiro

à junta militar, que controlava toda a actividade económica. Já em 1989, no âmbito da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, instigara uma resolução condenando a junta militar pela brutal repressão da revolta popular na Birmânia.

Confirmei agora que os militares continuam a controlar os fabulosos recursos deste país, estrategicamente localizado entre a China e a Índia. Tem petróleo, gás, minerais, pedras preciosas, madeiras, agricultura, turismo e portos com um potencial incórcível, além de 56 milhões de amáveis e esforçados birmaneses, a maioria vivendo em abjecta pobreza, sobretudo nas zonas rurais. A Birmânia, que nos anos 1960 era “a tigela de arroz” da Ásia, passou ao Myanmar com um nível de desenvolvimento humano atrás do Laos e do Bangladesh – o que humilha mesmo os mais empedernidos generais...

Claro que outros factores explicarão a súbita reviravolta do regime militar repressivo, o mesmo que em

2008 impediu a ajuda humanitária internacional à população atingida pelo ciclone *Nargis* e que em 2010 já estava a libertar a desafiadora filha do “Pai da Pátria”, Aung San Suu Kyi, dos longos anos de prisão domiciliária. Um regime que a levou a sentar-se num *soi-disant* Parlamento, em que um quarto dos membros são militares não eleitos. Factores que poderão ir dos mistérios da astrologia, que determinou a construção da faraónica nova capital em Naypyidaw, no meio de nenhures, à idade avançada dos generais.

O peso da idade impele os generais a querer garantir a própria impunidade, além da transmissão das fortunas acumuladas aos filhos, sabendo que nunca houve no país uma passagem de poder pacífica. Desde a independência, sucessivamente, os generais Aung San (pai de Suu Kyi), U Nu, Ne Win e Khin Nyunt acabaram assassinados ou presos. A nova geração de generais compreende que o isolamento empobrece o país e está

condenado pela inelutabilidade da globalização, como demonstra o extraordinário desenvolvimento da vizinhança, da Índia e China a parceiros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). A Indonésia, por exemplo, que no tempo de Suharto a junta militar tomara como modelo inspirador, é hoje caso de sucesso democrático, até economicamente. Foi por isso que o NDI convidou para esta missão gente conhecedora desta transição democrática e da resolução dos conflitos no Aceh e Timor-Leste – comigo estava o general Agus Widjojo, conselheiro do Presidente Susilo Bambang Yudhoyono e um dos artífices da transformação indonésia.

Para explorar os recursos naturais do país que defronta sanções ocidentais, os militares puseram-se nas mãos da China: hoje os mercados regurgitam de plásticos chineses, de cadeiras a telemóveis, mas a degradação ambiental, os conflitos sobre terras e as desigualdades cresceram também exponencialmente.

Paradoxalmente, esta dependência concorreu para a extraordinária viragem política a que assistimos desde 2010, com o anúncio de reformas democráticas, a libertação de presos políticos e de Aung San Suu Kyi, embora o Governo continue nas mãos dos generais.

Respondendo à pressão popular, em Setembro de 2011, o Governo de Myanmar obrigou a China a parar com a construção da barragem de Myitsone, que iria afectar o caudal do rio Irrawaddy, o mítico rio deste país, e que levaria para o país vizinho electricidade que não está assegurada ao povo birmanês. Os chineses não disfarçaram o choque e os generais birmaneses logo perceberam que tinham rapidamente de abrir ao Ocidente. E o Ocidente correspondeu: mesmo com sanções ainda em vigor, Hillary Clinton voou para Rangum em Dezembro, a abraçar Aung San Suu Kyi e para conhecer os militares com quem a Nobel birmanesa tinha começado



**A Nobel Suu Kyi é venerada pelo seu povo. Nos mercados vendem-se camisolas e sacos com o retrato dela**

**No Parlamento, um quarto dos membros são militares não-eleitos**

a dialogar. Fontes diplomáticas em Rangum dizem ter-se criado uma relação de confiança entre ela e o Presidente Thein Sein. É o ex-general entronizado em Março de 2011 pelo seu antecessor, Than Shwe, que na retaguarda tudo controlará, e que está à frente de um Governo teoricamente civil.

Na sessão parlamentar a que assistimos no mês passado em Naypyidaw, estavam no topo da agenda as reformas económicas para abrir ao sector privado várias actividades e encorajar o investimento ocidental, levando à remoção das sanções internacionais. A UE suspendeu por um ano, em Abril, todas as sanções



não-militares e os EUA deram agora luz verde às Coca-Cola, GE, Boeing e petrolíferas, desde que assegurem transparência nos investimentos. Para os EUA e a UE, manter o espectro das sanções visa acelerar progressos na democratização e precaverem-se contra retrocessos. Significativamente, no final de Julho a imprensa birmanesa dava destaque à visita de representantes da EITI (Iniciativa Transparência nas Indústrias Extractivas).

**M**as a prioridade não pode centrar-se apenas na abertura económica, porque sem reformas políticas e institucionais não se garante sustentabilidade

ao processo de democratização. Este está mesmo no princípio, como pudemos constatar nesta visita, nos encontros com parlamentares – incluindo os presidentes (militares) das câmaras Alta e Baixa –, com membros do Governo, líderes de partidos políticos, activistas pró-democracia, representantes das minorias étnicas, *think tanks*, etc.

Todos dizem querer reformas democráticas, mas ninguém sabe bem o que implicam e muitos no aparelho de Estado resistem quanto podem. Foram abolidas leis que proibiam os sindicatos e as manifestações, mas o Parlamento funciona cerimonialmente, não há regras de procedimento que permitam a deputados levantar as questões que entendam e os presidentes das câmaras tudo determinam.

Aung San Suu Kyi e os outros deputados recentemente eleitos não foram ainda integrados em nenhuma comissão parlamentar. De facto, só a facção militar toma assento em conjunto, não há grupos políticos estruturados, os deputados sentam-se por distrito e ordem alfabética. O presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, que muito apreciou ter há pouco mais de um mês visitado o Parlamento Europeu e alguns parlamentos nacionais na Europa, explicou-nos candidamente “não ser precisa oposição, uma vez que todos os deputados têm a obrigação de exercer *checks and balances* sobre o executivo”. Escusado será dizer que a prestação de contas é, como convém, ao Governo.

A indispensável liberdade de imprensa não está assegurada: o departamento de censura continua a funcionar e a autocensura igualmente. Também não pode haver completa liberdade de acção para partidos políticos ou organizações da sociedade civil enquanto houver presos políticos nas cadeias. E ainda há, ninguém sabe bem quantos, entre 300 e 1000.



A questão fundamental de emendar a Constituição, que os generais impuseram em 2008, ou adoptar uma nova, não é pura e simplesmente debatida no Parlamento, embora seja uma das exigências principais do NLD, o partido de Suu Kyi, e dos outros partidos da oposição, incluindo os que representam minorias étnicas.

**A**s aspirações das minorias étnicas têm de passar a ser levadas em conta, pois representam 40% da população a viver numa União da Birmânia/Myanmar em conflito permanente, quase sempre armado, com o poder centralizador da maioria bamar e a exportar refugiados para a Tailândia e outros países vizinhos. Foi o que nos disse No Than Kap, líder do Partido Progressista Chin e eleito ministro da região Sagaing, ele que antes fora chefe militar da rebelião chin e preso político: "Ou com uma nova Constituição a União cumpre a promessa feita na independência de se tornar federal, ou

não haverá paz, nem democracia."

O medo da desintegração do país é a mais sensível questão na Birmânia e não apenas para os militares: um jovem deputado do NDL, até aí muito gentil e progressista, reagiu com virulência a perguntas sobre a situação dos refugiados rohinga, que estão há gerações no estado do Aracão, no Oeste da Birmânia, mas foram sempre discriminados e perseguidos (tanto que por eles esteve a interceder António Guterres também em Julho em Naypyidaw). O deputado do partido de Suu Kyi recusou que fossem birmaneses e advogou a sua imediata expulsão para o originário Bangladesh! Ninguém sabe o que pensa a líder do NLD sobre estes problemas. O que quer dizer que pode ser presente envenenado, ou então uma boa oportunidade, a chefia da comissão parlamentar sobre as nacionalidades étnicas que os generais pretendem confiar-lhe.

Positivo, certamente, é que esteja a ser criado um "Centro para a Paz" para promover a reconciliação nacional e resolver conflitos com as minorias étnicas. O Governo negociou nos últimos meses cessar-fogos com os shan e os karen, mas os kachin, a norte, continuam a luta armada. Todos

os nossos interlocutores birmaneses pediram assistência política internacional para este centro. Além disso, o investimento em infra-estruturas básicas nas zonas rurais terá de ser prioritário para reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento e facilitar a resolução dos conflitos.

A Nobel Aung San Suu Kyi é venerada pelo seu povo. Hoje, nos mercados vendem-se camisolas e sacos com o retrato dela, vêm-se jornais, livros, reclames, cartazes a ilustrar a sua extraordinária popularidade. Mas a entrada no Parlamento criou altíssimas expectativas, difíceis de satisfazer, até porque as condições de funcionamento do NDL são ainda muito deficientes e não apenas por razões atribuíveis aos militares: embora pareça, Suu Kyi já não é menina, fez 67 anos e é frágil de saúde. Coragem, aprumo e gentileza aristocrática não bastam para reorganizar um partido político que vive da sua imagem e precisa de rejuvenescer e alargar a direcção. Estranhou-se que Suu Kyi tenha faltado à abertura e à primeira semana da sessão do Parlamento para que foi eleita pelo povo, por ter de recuperar da deslocação à Europa...

Os activistas pró-democracia recém-libertados das cadeias, muitos

**A entrada de Suu Kyi no Parlamento criou altíssimas expectativas, difíceis de satisfazer. Suu Kyi já não é menina, fez 67 anos e é frágil de saúde. Coragem, aprumo e gentileza aristocrática não bastam para reorganizar um partido político que vive da sua imagem**

pertencendo ao NDL, acabam de criar uma Escola de Ciência Política para formação de quadros partidários, sociedade civil e apoio ao trabalho parlamentar. Lamentam, porém, que Suu Kyi tenha mais tempo para se reunir com visitantes estrangeiros do que para comunicar com a população ou reorganizar o partido. "Os militares trataram de a cooptar para o sistema, ela não podia desperdiçar a janela de oportunidades, mas resta saber o que vai fazer, se vai chegar ao poder e o que vai fazer com ele", disse-nos um activista.

Se esta é já a percepção nos seus mais fiéis e activos seguidores, corre-se o risco da frustração se generalizar com o tempo. E as eleições de 2015, que tudo podem determinar, estão já aí, ao virar da esquina...

É por isso preciso muito apoio especializado e no terreno, continuamente, à estruturação de partidos políticos e *media* independentes e ao activismo parlamentar e da sociedade civil na Birmânia – como estão já, como podem, a fazer o NDI e fundações europeias, como a Friederich Ebert, a Westminster ou o International IDEA.

SOE ZEYA TUN/REUTERS



Hillary Clinton voou para Rangun em Dezembro para abraçar Suu Kyi



**BIRMÂNIA**  
**O COMEÇO DA**  
**TRANSIÇÃO**  
**DEMOCRÁTICA**  
**VISTO POR**  
**ANA GOMES**

Mundo, 18 a 20

A portrait of Ana Gomes, a woman with short dark hair, wearing a dark jacket and a necklace, standing against a yellow background.